
Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI

Julho de 2006 – Nº 9¹

Sumário

Produção Física: *A produção física industrial apresentou forte crescimento no mês de maio com ajuste sazonal (+1,6%). No acumulado do ano, a indústria cresceu 3,3%.*

Emprego e Salários: *No mês de maio houve crescimento significativo no número de vagas formais na indústria de transformação (48.764 novas vagas). Em abril, a folha salarial real sofreu uma pequena queda de 1,06%, frente ao mês anterior. Porém, em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 0,06% e no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento é de 2,01%.*

Comércio Exterior: *As exportações até maio atingiram US\$ 49,5 bilhões (+13,8% em relação ao mesmo período de 2005). Os bens básicos foram os que apresentaram melhor desempenho (16,9%). Por sua vez, as importações cresceram 22,1% no período janeiro-maio de 2006.*

Investimento e Financiamento: *O Investimento Estrangeiro Direto (IED) teve um expressivo crescimento no mês de maio em relação ao mesmo período do ano passado (122%). Também merece destaque o aumento de 4% no mês de maio em relação ao mesmo mês do ano anterior nos desembolsos do BNDES voltados para a indústria, apesar da queda de 10% no acumulado no total de desembolsos.*

Medidas da PITCE: *O BNDES anunciou em junho, o lançamento do Fundo Tecnológico (Funtec) que se destina a investimentos em empresas promissoras. Destacam-se também os Planos de Desenvolvimento Setoriais (PDS) elaborados pela ABDI em conjunto com associações industriais e de forma articulada com diferentes parceiros públicos e privados.*

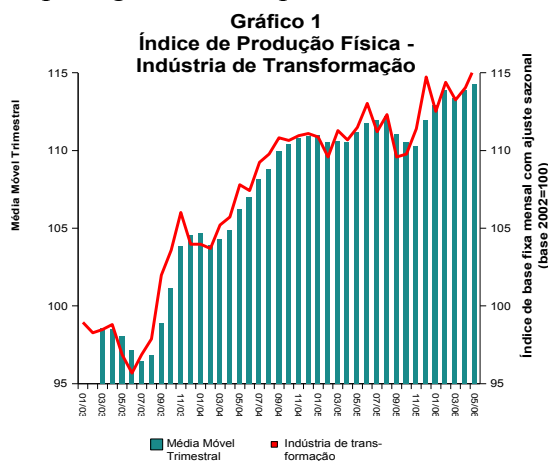
Nota técnica: *A nota técnica deste boletim trata do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de transnacionais. Destaca-se que essas empresas realizam menor esforço com P&D, em relação ao faturamento, do que as empresas nacionais, já que esses esforços são voltados para a adaptação de produtos e processos.*

¹ Boletim editado por Francisco Luna (IPEA – franciso.santos@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI), Rafael Leão (ABDI).

Produção Física

A Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE aponta um forte crescimento de 1,6% na produção industrial entre abril e maio de 2006, com ajuste sazonal. Na comparação com maio de 2005, registra-se aumento de 4,8%, enquanto no acumulado do ano a taxa de crescimento é de 3,3%, em comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado de 12 meses, a taxa de crescimento em maio foi de 2,6%, percentual idêntico ao registrado em abril.

Os resultados de maio refletem o resultado favorável de setores de grande impacto na indústria, em especial o de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos. De fato, o indicador de média móvel trimestral permanece ligeiramente positivo, 0,5% na passagem de abril para maio.



Fonte: IBGE

O padrão de crescimento das categorias de uso se modificou em relação ao mês anterior. O segmento de bens intermediários registrou a maior taxa de crescimento entre abril e maio (+1,9%), com ajuste sazonal, seguido pelo segmento de bens capital (+1,8%). Merece consideração que o crescimento do segmento de bens de capital se apoiou

fortemente em energia elétrica, construção e transportes. Por sua vez, a produção para fins industriais decresceu 0,8%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Entretanto, essa queda está concentrada nos bens de capital seriados. Os bens de capital não-seriados, apresentaram crescimento de 8,2%. A produção de bens de capital não-seriados tem uma aplicação mais restrita do que os seriados. O ideal é que os não-seriados assumissem uma importância maior na indústria brasileira.

Finalmente, a produção de bens de consumo semi e não-duráveis cresceu 0,4%, enquanto o segmento de bens de consumo duráveis caiu 0,3%. Apesar da queda com ajuste sazonal, na comparação com maio de 2005 e no acumulado de 5 meses, os bens de consumo duráveis continuam se destacando, apresentando taxas de crescimento 8,1% e 10,2% respectivamente.

Dos 23 setores pesquisados pelo IBGE, 13 apresentaram crescimento entre abril e maio, com ajuste sazonal. Dentre os que apresentaram crescimento, destacam-se veículos automotores (+6,2%), alimentos (+2,5%) e máquinas e equipamentos (+3,1%), e os setores que mais caíram nesta comparação foram o de material eletrônico e equipamentos de comunicação (-7,9%) e de outros químicos (-2,7%).

No acumulado do ano, os setores que mais cresceram foram o de máquinas para escritório e equipamentos de informática (+59,8%) e o de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+15,0%). Merece destaque o resultado de dois setores fortemente ligados à inovação tecnológica: material eletrônico, aparelhos e equipamentos de

comunicação (+10%) e equipamentos de instrumentação, médico-hospitalar, ópticos e outros (+9%). Na mesma comparação, as pressões negativas vieram do setor de madeira (-8,5%) e outros produtos químicos (-1,7%).

Vale destacar o desempenho do grupo de insumos para a construção, com crescimento de 7,5% em relação a maio de 2005. Como alertado no boletim anterior (número 8), as recentes medidas de desoneração tributária e de

financiamento imobiliário provocaram efeitos positivos sobre o nível de atividade e geração de empregos.

Abaixo, segue um gráfico com a produção acumulada de 12 meses de cimento e clínquer, um dos indicadores de nível de atividade do setor. Como dado exemplar, em maio de 2006, a produção física de cimento e clínquer cresceu 10,59% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Emprego e salários

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho) o mercado de trabalho no mês de maio mantém a tendência de crescimento pelo quarto mês consecutivo. Foram gerados 198.887 novos empregos formais (+0,75%). A indústria de transformação criou 48.764 (+0,77) postos de trabalho, 2.826 a mais do que o mesmo mês do ano passado. Por outro lado o comércio criou 21.080 vagas. No setor de serviços, com 52.335 novos cargos. Na construção civil, as contratações alcançaram 16.282, saldo superior ao do ano passado, quando foram contratados 12.287 trabalhadores, que pode ser reflexo das medidas de financiamento para habitação e desoneração tributária para a construção civil.

No acumulado do ano, a indústria de transformação apresenta resultado no crescimento superior ao de 2005: 3,17% neste ano contra 2,96% ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses o saldo de vagas formais foi de 195.775, representando um crescimento de 3,18%.

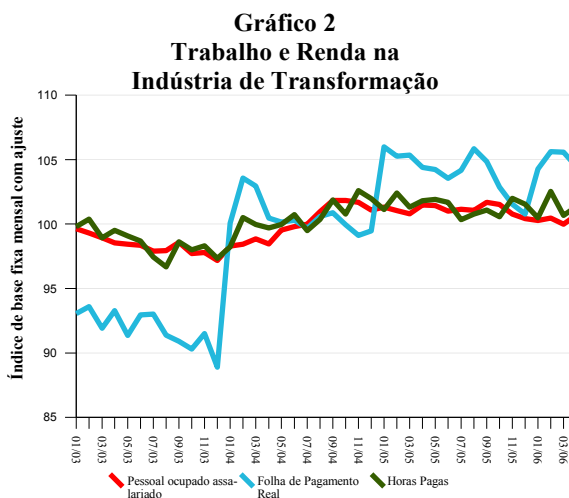
Importante destaque do mês de maio é o setor têxtil e de vestuários com

2.736 contratações. No mesmo período do ano passado, o setor contratou 5.542 novos trabalhadores. O setor de produtos alimentícios e bebidas (um dos que mais emprega na indústria de transformação), apresentou alta de 2,62% em maio, abrindo 38.147 vagas de trabalho.

A indústria de transformação, na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES – IBGE), em abril apresentou ligeira alta de 0,7% frente a março, com ajuste sazonal. Assim, a média com base móvel trimestral do mês subiu para 0,84% frente à média móvel do mês anterior. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, a pesquisa aponta queda de 0,79%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, o emprego na indústria de transformação caiu 0,06%, representando uma certa estabilidade no nível de emprego.

Em abril a folha salarial real sofreu uma pequena queda de 1,06%, frente ao mês anterior. Porém, em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 0,06% e no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento é de 2,01%. Em relação às horas pagas, o resultado de abril frente a março, com

ajuste sazonal, foi uma alta de 0,68%, enquanto que em relação ao mesmo período de 2005 a queda foi de 0,44%. No acumulado de 12 meses, houve crescimento de 0,08%.



Fonte: IBGE

Comércio Exterior

Entre janeiro e maio de 2006 as exportações chegaram ao valor de US\$ 49 bilhões, representando um aumento de 13,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Já as importações atingiram o valor de US\$ 34 bilhões no período janeiro a maio de 2006, perfazendo um crescimento de 22,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Quando se analisa o desempenho mensal das exportações e importações, temos alguns resultados distintos. As exportações em maio de 2006 chegaram ao valor de US\$ 10 bilhões, o que representou um aumento de apenas 4,7%. Por sua vez, as importações atingiram o valor de US\$ 7 bilhões, representando um aumento de 13,7%.

Excluídas as operações especiais, observamos que os produtos básicos obtiveram o maior crescimento das exportações acumuladas de janeiro a maio de 2006, relativo a 2005 (16,9%). Os bens manufaturados tiveram um aumento de 13,7% no período de janeiro a maio de 2006 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1
Desempenho das Exportações por Classe de
Produtos - US\$ Milhões

Classes de Produtos	jan- maio 2005	jan- maio 2006	Tx. Cresc. (%)
Básicos	11.747	13.735	16,9%
Semimanufaturados	6.365	6.587	3,5%
Manufaturados	24.527	27.894	13,7%
Op. Especiais	832	1.250	50,2%
Total	43.471	49.466	13,8%

Fonte: SECEX/MDIC

Deve-se destacar que o desempenho positivo se apóia mais na variação positiva dos preços do que no *quantum* exportado. No período de janeiro a maio de 2006, o índice de preços subiu 11,1%, enquanto o índice de *quantum* subiu apenas 2,5%.

Tabela 2
Variação dos Índices de Preços e Quantum
das Exportações
janeiro/maio 2006

Classes de Produtos	Preço	Quantum
Exportação Total	11,1	2,5
Básicos	14,7	2,6
Semimanufaturados	7,0	-3,0
Manufaturados	9,7	3,6

Fonte: Funcex

A tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho nas exportações entre janeiro e maio de 2006 em relação ao mesmo período de 2005. Óleos brutos de petróleo e “fuel-oil” continuam na liderança de incremento nas exportações. Deve-se, porém, chamar atenção que outros grãos de soja também tiveram um resultado expressivo durante o período de janeiro a maio de 2006.

Tabela 3
Dez Principais Produtos com Variação Absoluta
Positiva nas Exportações (em US\$ 1.000)

PRODUTOS	jan-maio 2006	Variação Absoluta	Tx. Cresc. (%)
Óleos brutos de petróleo	2.088.164	960.640	85,20
Outros grãos de soja, mesmo triturados	2.319.776	610.571	35,72
“Fuel-oil”	854.860	532.907	165,52
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	1.138.504	338.271	42,27
Outros aviões/veículos aéreos, peso > 15000kg, vazios	744.384	301.363	68,02
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	1.885.047	298.223	18,79
Terminais portáteis de telefonia celular	1.115.609	213.703	23,69
Outras gasolinas	446.165	200.484	81,60
Consumo de bordo – combustíveis e lubrif. p/embarcações	527.168	190.771	56,71

PRODUTOS	jan-maio 2006	Variação Absoluta	Tx. Cresc. (%)
Alumínio não ligado em forma bruta	575.245	182.463	46,45
Total	11.694.923	3.829.398	48,69
Total das Exportações	49.465.6134	5.994.450	13,79

Fonte: SECEX/MDIC

Destaca-se também o aparecimento de terminais portáteis de telefonia celular entre os 10 produtos que mais contribuem para o aumento das exportações. Em 2005, este produto ocupou os primeiros lugares no incremento das exportações.

Quanto às importações, vale notar que o maior crescimento acumulado em 2006 frente ao mesmo período de 2005 foi o de bens de consumo duráveis seguido de bens de consumo não-duráveis e bens de capital.

Tabela 4
Importações por Categoria de Uso
US\$ Milhões

Categoria de uso	jan- maio 2005	jan- maio 2006	Tx. Cresc. (%)
Bens de Capital	5.711	7.311	28,0%
Matérias-primas e Intermediários	14.575	16.803	15,3%
Bens de Consumo Não-duráveis	1.695	2.171	28,1%
Bens de Consumo Duráveis	1.385	2.080	50,2%
Combustíveis e lubrificantes	4.484	5.642	25,8%
Total	27.850	34.007	22,1%

Fonte: SECEX/MDIC

Dentre os bens de consumo duráveis, no período de janeiro a maio de 2006, evidencia-se o crescimento de

veículos automóveis (+95,2%); máquinas e aparelhos de uso doméstico (+76,8%); e partes e peças para bens de consumo duráveis (+36,0%).

Finalmente, entre os bens de capital, no período de janeiro a maio de 2006, destacam-se os aumentos nas

importações de equipamento fixo de transporte (+101,7%); máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico (+37,3%); e maquinaria industrial (+27,6%).

Investimento e Financiamento

Em maio, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED) líquidos totalizou US\$ 1,576 bilhão, aumento de 122% em relação ao mesmo mês do ano passado. Desse total, US\$ 1,112 bilhão são referentes a participações acionárias e US\$ 464 milhões correspondem à entrada de recursos líquidos de empréstimos intercompanhias. Os ingressos em participação acionária para o setor de serviços foram de US\$ 3,256 bilhões ante US\$ 3,118 bilhões para a indústria. Com isso, no acumulado do ano, os setores mantêm patamares de 47% e 45% do total de ingressos, respectivamente, enquanto que a agricultura contribui com 8% desse total. No acumulado do ano, o IED alcançou US\$ 6,32 bilhões, enquanto que, em igual período de 2005, US\$ 7,19 bilhões foram registrados. A

previsão do Banco Central para o ano foi mantida em US\$ 18 bilhões.

Os desembolsos do BNDES em maio se mantiveram aproximadamente estáveis em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo R\$ 3 bilhões. Agora, os desembolsos acumulados no ano saltaram para R\$ 13,6 bilhões, ainda configurando uma queda de 10% em relação ao ano passado. O crescimento de pedidos de financiamento de projetos ao banco, expresso pela quantidade expressiva de consultas e aprovações, deve reforçar a tendência de recuperação. O destaque foi o setor agropecuário que recebeu créditos de R\$ 290 milhões. As liberações para a indústria foram responsáveis por R\$ 1,5 bilhão, superando em 4% os números de maio do ano passado.

Acompanhamento das medidas da PITCE

O BNDES anunciou em junho, o lançamento do Fundo Tecnológico (Funtec) que se destina a investimentos em empresas promissoras. Trata-se de um fundo não-reembolsável com patrimônio de R\$ 153 milhões e a origem dos recursos é o lucro do próprio banco. Os beneficiários são instituições tecnológicas e de apoio ao desenvolvimento tecnológico, com a

participação de empresas. A criação desse fundo faz parte de uma estratégia mais ampla do banco de apoio à inovação que complementa o lançamento das novas políticas operacionais no início do ano. A diferença é que os recursos serão direcionados para empresas e projetos específicos enquanto que as demais contemplam qualquer setor. A carteira identificada é de R\$ 286 milhões. A

inovação é vista como fundamental para a competitividade das empresas brasileiras no mundo globalizado.

O programa Juro Zero, da Finep, financiará três empresas no valor total de R\$ 2 milhões. São os primeiros desembolsos do programa, que é financiamento reembolsável sem necessidade de garantias reais voltado para pequenas empresas atuantes em setores priorizados pela PITCE. As empresas Biaccess, do Paraná, e as mineiras Cenatte Embriões e Atitel receberão, juntas, o total de R\$ 2 milhões, a serem pagos sem juros e em 100 parcelas. Ainda no âmbito do financiamento, o PAPPE, programa da Finep que apóia micro e pequenas empresas em conjunto com as fundações estaduais de amparo à pesquisa, já conta com 20 Estados participantes e aproximadamente 700 projetos contratados até maio de 2006. Em 2004 e 2005, foram investidos R\$ 160 milhões.

O Brasil já conta com três centros de distribuição e logística no exterior com a inauguração do CD em Lisboa. O projeto possibilitará a instalação de empresas brasileiras no país, bem como garantirá melhor acesso ao mercado português e também à Península Ibérica e norte da África. No 2º semestre, está prevista a entrada em operações de centros em Varsóvia (Polônia) e Dubai (Emirados Árabes). Futuramente, o objetivo é expandir a operação para a China e África do Sul bem como um segundo nos EUA, provavelmente na costa oeste. O Centro de Distribuição integra a iniciativa da APEX de internacionalização das empresas exportadoras brasileiras. Os Centros são espaços onde exportadores brasileiros podem armazenar mercadorias, promoção de eventos e outras atividades com o apoio da APEX. Além disso, o fato de a mercadoria já se encontrar no território onde a venda é realizada,

agiliza a entrega e ajuda a garantir o cumprimento de compromissos pós-vendas.

A reestruturação do INPI, uma das prioridades da política industrial, obteve avanços em especial no que tange à informatização e à admissão de servidores. Além de já ter realizado concurso, recentemente, o INPI lançou um sistema integrado de informatização com o qual espera reduzir a burocracia no processo para concessão de marcas. Atualmente, a produtividade do instituto está abaixo da média internacional e a demora na análise e concessão de marcas e patentes é apontada como uma importante deficiência do ambiente regulatório brasileiro.

As ações do programa de Biotecnologia, do MCT, somam R\$ 29,1 milhões até maio de 2006. Em 2005, as liberações totalizaram R\$ 28,8 milhões. Biotecnologia é um dos setores prioritários segundo as orientações estratégicas da PITCE. Destacam-se apoios concedidos para: Pesquisa com células tronco, Desenvolvimento de bioprodutos, Rede Genoprot, Renorbio e P&D em Biologia Molecular Estrutural e apoio as atividades do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia.

O Brasil volta a ter planos setoriais articulados. A ABDI vem elaborando planos de desenvolvimento setoriais (PDS) em conjunto com associações setoriais da indústria e de forma articulada com diferentes parceiros públicos e privados: os setores já envolvidos são cosméticos, frutas, têxtil e confecção, e equipamentos médicos odontológicos.

A ABDI, com o objetivo de capacitar os gestores públicos municipais, estaduais, e representantes de instituições comerciais e industriais sobre o tema Política Industrial, realizou, a partir de abril de 2006, os Cursos de Formação de Agentes em Política

Industrial em conjunto com a CEPAL e o BID. Foram ministrados cursos em seis Estados. A partir dos Cursos de Formação de Agentes em Política Industrial, a ABDI lançou, em abril, a Rede de Agentes de Política Industrial (RENAPI). A RENAPI é formada por gestores públicos municipais e estaduais, -

Conclusão

Os resultados apresentados neste boletim mostram que a indústria teve um forte crescimento na produção associado a uma evolução positiva do emprego. Entretanto, merece atenção que as exportações têm crescido a um ritmo menor do que as importações neste ano. Além disso, a maioria dos

especialmente aqueles relacionados às Secretarias de Indústria, Desenvolvimento, Planejamento, Administração e Ciência e Tecnologia. Como resultado destaca-se a formação de 1.167 agentes.

investimentos em bens de capital nacional não está direcionado preponderantemente para o setor industrial. Apesar do forte crescimento na importação de bens de capital, não podemos afirmar se eles estão sendo principalmente objeto de investimento industrial.

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Transnacionais no Brasil

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

CONTEXTO

O atual ciclo de crescimento da indústria brasileira foi antecedido por praticamente duas décadas de desempenhos favoráveis pontuais. Ou seja, desde o início da década de 1980, quando coincidiram dois fenômenos importantes (a crise da dívida externa e o fim do ciclo expansivo iniciado na década de 1960 – o Milagre Brasileiro), têm ocorrido no Brasil retomadas do crescimento que não se firmam e, em pouco tempo (às vezes um ano), dão espaço a trajetórias de fraca expressão. Foram recorrentes, no passado recente, pelo menos três problemas: a restrição externa, os limites de capacidade instalada e a inflação.

O Brasil forjou a expansão de sua base industrial com forte apoio de empresas estrangeiras que aqui se radicaram. As políticas industriais ativas seguidas pelo País até a década de 70 focavam principalmente na atração de fábricas para nacionalizar produtos até então importados, visando a atender o mercado interno, num ambiente marcado pela proteção de mercados nacionais. Algumas empresas desenvolveram localmente atividades de engenharia de processo e produto, particularmente para a adaptação de processos e produtos às características locais (clima, insumos, preferências dos consumidores etc.), mas o foco da industrialização nunca foi pautado pela atividade de pesquisa e desenvolvimento. Assim, consolidou-se um forte tecido industrial, caracterizado

principalmente pela produção de bens padronizados e/ou de bens de nicho, a partir fundamentalmente de desenvolvimentos realizados no exterior.

A partir dos anos 80/90, com os processos de abertura comercial, assistiu-se a uma nova onda de internacionalização de empresas. Essa nova onda teve uma característica distinta das anteriores: se por um lado continuou o tradicional investimento em atividades fabris, principalmente em países da Ásia (especialmente China), América Latina (Brasil e México) e Leste Europeu, por outro intensificou um processo de realocação de atividades de P&D de empresas transnacionais.

Em relação ao Brasil, no ano de 2000, segundo os dados da Pesquisa sobre Inovação Tecnológica do IBGE (Pintec), o dispêndio das empresas de capital estrangeiro em atividades internas de P&D no Brasil foi de R\$ 1,7 bilhão e o das empresas nacionais foi de R\$ 2,03 bilhões. Por sua vez, as empresas controladas por capital majoritariamente nacional investiram, em média, R\$ 161,3 mil em atividades internas de P&D, ao passo que as estrangeiras investiram, em média, R\$ 4,9 milhões.

Os dados mencionados acima levaram muitos analistas a considerarem haver uma grande distância entre as atividades de inovação tecnológica realizadas no Brasil pelas empresas transnacionais em relação às nacionais. Ocorre que a comparação direta não é adequada, pois compara um número pequeno de grandes empresas

transnacionais com um enorme conjunto de empresas brasileiras de todos os tamanhos. O estudo da Anpei¹ dá um passo adiante ao comparar os gastos de P&D em relação à receita líquida de vendas apenas para empresas com mais de 500 funcionários no ano 2000, mostrando que a defasagem entre as nacionais e as estrangeiras se reduz significativamente. Além disso, Araújo² calculou firma a firma o esforço inovativo (gastos de P&D interno em relação ao faturamento) e descobriu que na média os dispêndios efetuados internamente com P&D em relação ao faturamento das empresas estrangeiras foram menores em comparação aos das firmas nacionais: 0,62% para as estrangeiras e 0,75% para as nacionais no ano 2000.

Desse modo, os dados recentes indicam que os gastos com P&D feitos pelas filiais das empresas transnacionais no Brasil são mais voltados para adaptação de produtos e processos provenientes da matriz ou de outras filiais localizadas em países desenvolvidos ou com sistemas nacionais de inovação mais evoluídos. Isso mostra duas questões importantes para o desenvolvimento brasileiro:

1) é preciso estimular as empresas que estão no Brasil a investirem mais em inovação – para tanto foi criado o novo marco legal descrito acima e lançados programas de financiamento e de

¹ ANPEI. Como Alavancar a Inovação Tecnológica nas Empresas. São Paulo, junho de 2004.

² ARAÚJO, Rogério D. Esforço tecnológico das firmas transnacionais e domésticas. In: SALERNO, Mario S.; DE NEGRI, João A., orgs. **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília, Ipea, cap.4, p.119-170.

subvenção para redução de custos e redução de riscos para a inovação;

2) é preciso atrair mais atividades de P&D das empresas estrangeiras, para além das tradicionais atividades de “tropicalização” de produtos, visando a inserção das atividades de P&D localizadas no Brasil nas cadeias internacionais de desenvolvimento e negócios.

É interessante notar que estudos estatísticos realizados a partir da Pintec mostram que há um efeito de transbordamento das atividades de P&D das empresas estrangeiras para as nacionais: o gasto das primeiras estimula o gasto das segundas. Assim, o aumento das atividades de P&D das empresas estrangeiras pode gerar uma espiral positiva, um jogo de soma não nula entre todas as empresas radicadas no Brasil.

Principais Características Brasileiras para Atração de Investimentos de P&D de Transnacionais

Os países asiáticos – China, Cingapura, p. ex. – têm desenvolvido uma política ativa para a atração das atividades de P&D de transnacionais. O Brasil nunca teve uma política estruturada sobre o tema, não obstante apresentar todas as condições para se tornar um grande *player* nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, engenharia e inovação. Destacaremos abaixo algumas das características brasileiras no tocante à atração de P&D de transnacionais.

1) As principais empresas transnacionais já estão radicadas no Brasil, muitas das quais com várias décadas de operação no

país, e com grandes investimentos aplicados aqui; entre os países de industrialização recente, é um dos que possuem o maior número de empresas transnacionais;

2) O país conta com sistema de formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) consolidada, o que não era fato nos anos 60/70;

3) A ciência produzida no Brasil vem aumentando sua participação na produção mundial, mensurada pela produção de artigos em revistas científicas indexadas;

4) Há boas escolas de engenharia, inclusive com sistema de duplo diploma com as melhores escolas de engenharia da Europa e Estados Unidos da América, bem como serviços de extensão e consultoria em engenharia nas suas diversas modalidades;

5) A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do Governo Federal estabelece a inovação como seu pilar fundamental, para induzir a indústria à mudança do seu patamar competitivo rumo à inovação e diferenciação de produtos. Nesse âmbito, novos marcos institucionais foram introduzidos para incentivar a atividade de P&D.

Dentre os novos marcos institucionais, destaca-se a Lei de Inovação. Essa lei possibilita uma articulação simples e direta entre as empresas privadas e o sistema público de pesquisa, que não está mais sujeito, para fins de contratos de pesquisa e de comercialização de direitos de propriedade, aos rigores da lei 8666 (lei de licitações). Além disso, ela permite

que o Estado faça subvenção direta a empresas e estabeleça programa de compras tecnológicas incentivadas.

Em complementação, a lei 11.196, de novembro de 2005 (conhecida como “Lei do Bem”), estabelece incentivos fiscais para as atividades de P&D:

- Redução no Imposto de Renda (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) via dedução de 1,6 (60% a mais) das despesas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, podendo chegar a 1,8 (80%) se houver aumento de pesquisadores contratados em P&D e a 2,0 (100% a mais, ou seja, dedução em dobro das despesas) se houver concessão de patente ou cultivar. São consideradas despesas também as aquisições de P&D de micro e pequenas empresas, universidades, institutos de pesquisa ou inventores independentes localizados no Brasil, o que favorece a agilidade da empresa final, facilita a criação de alianças estratégicas e operacionais, e beneficia todo o tecido produtivo.
- Ponto fundamental, essas deduções são automáticas, ou seja, não é necessário elaborar e submeter projeto a ente regulador (como o MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia, p. ex.), bastando lançar as despesas em contas especificadas pela Receita Federal, que são automaticamente consideradas para o incentivo diretamente pela empresa beneficiária. Cabe à Receita realizar a fiscalização normalmente, no âmbito das fiscalizações de IRPJ. Isso possibilita uma agilidade sem par. Para fins de comparação, na vigência da legislação anterior, que exigia

aprovação prévia de projeto pelo MCT (conhecida como PDTI - Plano de Desenvolvimento Tecnológico Industrial), de 1994 a 2005 houve aprovação de apenas 161 programas, nos quais as empresas declararam investimento de R\$ 5 bilhões e obtiveram incentivo de apenas R\$ 287,5 milhões (valores correntes), ou seja, relativo a apenas 5,75% do investimento em P&D;

- Subvenção no valor da remuneração de pesquisadores titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica, em até 60% para as áreas da Sudene e Sudam (Nordeste e Amazônia) e em até 40% nas demais regiões;
- Redução de impostos, depreciação acelerada (em dobro) e amortização acelerada na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ.

6) A Lei de Informática concede benefícios fiscais específicos a empresas do setor, condicionando-os a aplicações em P&D.

7) O Governo Federal está fortalecendo o sistema de financiamento para P&D. Os fundos setoriais, considerados internacionalmente como um exemplo³, alocaram R\$ 865 milhões em 2005⁴. O governo ainda está lançando um conjunto

de programas de financiamento à inovação com condições privilegiadas, capitaneados pelo BNDES (recursos de R\$ 1 bilhão para 2006, envolvendo inclusive o pós-desenvolvimento) e pela Finep (Programa Pró-Inovação). Ainda, está sendo ultimado um sistema mais robusto de capital de risco – uma primeira medida para tanto foi a isenção de imposto de renda para aplicação de recursos externos em fundos de capital de risco. Isso sem contar os tradicionais mecanismos de financiamento à pesquisa universitária.

Diante do exposto, o Brasil apresenta excepcionais condições para ser um dos principais países receptores de centros de P,D&E (Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia) ou mesmo de centros integrais de negócios, de empresas transnacionais. Para tanto, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) juntamente com outras instituições, como a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia de Empresas Inovadoras (ANPEI), estão discutindo a criação de um projeto para atração de centros de P&D de transnacionais para nosso país, com a participação das empresas.

³ O relatório "*Inventing a Better Future*" da InterAcademy Council, que reúne as principais academias de ciências do mundo, refere-se aos fundos como sendo "uma das idéias mais criativas" no campo das políticas de C&T.

⁴ Execução orçamentária de 99,9% dos recursos, contra 34% em 1999.

ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)

Setores Industriais	Mês													Var. % maio- 06/abr-06
	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	01/06	02/06	03/06	04/06	05/06	
1. Indústria geral	112,13	113,85	111,76	112,82	110,48	110,99	111,99	114,78	113,23	114,51	114,21	114,33	116,11	1,56%
2. Indústria extrativa	122,14	123,87	121,78	121,82	122,72	123,49	123,8	124,22	127,09	126,47	127,76	128,01	129,93	1,50%
3. Indústria de transformação	111,49	113,03	111,21	112,32	109,59	109,78	111,41	114,74	112,52	114,39	113,26	114,04	115,43	1,22%
3.1 Alimentos	102,95	104,04	102,72	101,36	101,47	101,49	103,51	104,31	103,9	104,47	105,12	104,12	106,77	2,55%
3.2 Bebidas	106,66	108,22	104,98	109,62	109	107,81	109,66	110,07	113,45	118,15	109,75	114,34	114	-0,30%
3.3 Fumo	112,35	117,83	115,16	181,47	112,7	113,32	103,53	104,65	109,59	111,29	100,88	102,39	112,42	9,80%
3.4 Têxtil	104,7	104,66	103,35	102,14	102,05	99,03	102,71	104,75	105,64	107,16	106,47	106,74	106,54	-0,19%
3.5 Vestuário e acessórios	88,49	88,47	82,58	80,21	80,38	78,3	78,96	81,23	84,89	87,64	82,39	83,26	83,6	0,41%
3.6 Calçados e artigos de couro	88,91	90,87	89,29	89,08	85,51	87,28	86,22	90,28	89,97	89,36	87,83	87,76	89,45	1,93%
3.7 Madeira	113,42	114,19	108,08	104,43	102,08	97,91	103,55	104,57	106,22	107,18	98,88	104,21	99,62	-4,40%
3.8 Celulose, papel e produtos de papel	119,99	118,57	121,3	114,78	117,67	118,88	119,92	121,84	120,92	119,71	122,07	122,05	120,78	-1,04%
3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações	104,05	104,24	101,5	109,14	105	107,25	137,5	132,35	106,45	97,83	108,28	106,69	110,91	3,96%
3.10 Refino de petróleo e álcool	101,91	100,47	103,19	105,71	101,85	102,84	102,02	104,17	103,01	104,35	103,26	104,74	105,17	0,41%
3.11 Farmacêutica	103,16	103,06	108,51	110,08	105,9	107,19	109,23	117,88	103,72	127,82	109,2	101,83	105,18	3,29%
3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	111,77	120,33	117,56	115,19	111,67	109,31	117,34	120,65	121,96	115,73	117,83	115,76	117,9	1,85%
3.13 Outros produtos químicos	110,16	107,98	107,73	107,57	109,58	110,14	107,84	108,36	108,1	106,55	107,63	109,57	106,57	-2,74%
3.14 Borracha e plástico	103,86	105,17	102,01	103,84	102,98	101,12	102,72	103,75	105,23	105,61	104,61	106,05	105,57	-0,45%
3.15 Minerais não metálicos	104,21	104,77	103	102,97	103,56	102,18	104,22	106,22	108,02	105,89	104,26	104,27	106,8	2,43%
3.16 Metalurgia básica	102,9	105,27	105,15	107,3	108,65	108,97	108,07	110,14	109,6	103,76	104,52	108,75	108,7	-0,05%
3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	103,61	105,6	104,09	104,57	101,04	99,66	102,2	104,66	103,32	103,33	101,33	101,43	101,36	-0,07%
3.18 Máquinas e equipamentos	122,82	123,37	119,11	122,88	115,86	116,18	117,84	121,8	121,83	125,01	123	121,71	125,47	3,09%
3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	172,81	174,06	182,2	189,67	177,75	196,07	195,9	207,51	202,09	189,91	252,13	225,4	257,92	14,43%
3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	113,29	116,99	114,16	117,07	118,68	121,61	128,29	138,95	129,54	128,55	125,73	128,44	127,14	-1,01%
3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	145,61	159,3	143,7	138,98	138,82	130,09	124,24	140,32	137,99	144	149,32	144,41	133	-7,90%
3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	107,14	115,93	116,42	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	99,55	102,98	124,58	108,77	133,44	22,68%
3.23 Veículos automotores	142,04	153,87	146,46	146,68	140,91	141,66	143,53	152,24	141,38	147,62	145,08	144,51	153,49	6,21%
3.24 Outros equipamentos de transporte	125,95	134,79	125,59	131,7	125,35	124,98	124,68	138,71	132,26	136,57	123,22	129,6	134,55	3,82%
3.25 Mobiliário	100,97	107,98	99	93,32	87,86	93,42	98,29	103,94	99,37	102,2	100,98	100,88	102,71	1,81%
3.26 Diversos	97,16	117,06	118,12	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	108,85	96,38	126,81	92,66	114,7	23,79%

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.